

Arnaldo Schulz



Dario Abranches Viotti

Experiência de um ex-juiz

Candidato a deputado federal pelo PL, o ex-juiz federal aposentado Dario Abranches Viotti pretende defender, se eleito, a popularização dos bens de capital através do mero de ações, o combate ao crime pela certeza do cumprimento da pena após a condenação, a reforma das decisões do júri e a substituição do inquérito policial pelo inquérito judicial.

Viotti quer ainda ajudar na implantação do parlamentarismo monárquico a partir da reforma constitucional de 1993. Baseia sua plataforma eleitoral na enumeração de seus atos combatendo "jogos ilegais" desde que era promotor de Justiça na comarca de Lambari, Minas Gerais, e em uma série de ações trabalhistas e comerciais no Distrito Federal, entre elas, uma intimação sob pena de comissão ao embaixador da Alemanha Oriental, que se recusou a aceitar notificação numa reclamação trabalhista. Também lecionou Ciência Política e Direito Constitucional na Universidade de Brasília na década de 60, depois demitido "porque minhas idéias não agradavam a certos membros do corpo docente".

Atualmente no cargo de assessor legislativo do Senado, contratado após aprovação em concurso público, o candidato Viotti afirma que só uma monarquia parlamentarista vai permitir a consolidação de uma democracia estável no Brasil. "O presidencialismo só deu certo nos Estados Unidos", diz Viotti. Ele acredita que a monarquia tem a capacidade de unir a arte e a beleza a serviço da política, já que os reis sempre se mostraram perfeitos mestres da música e pintura.

Viotti explicou que os monarquistas não estão reunidos em um único partido político para poder acomodar interesses regionais, mas garante que, integrados em um movimento suprapartidário há maior chance de obter vitória no momento do plebiscito, para dirigir o regime e sistema de governo, que será realizado em 1993.

Arnaldo Schulz



Argos de Faro Coelho

Mineiro sonha com monarquia

Mineiro de Belo Horizonte, o candidato a deputado federal pelo PL, Argos de Faro Coelho tem uma aspiração especial: defender na reforma constitucional de 1993 a adoção do parlamentarismo monárquico, com o retorno da família real ao poder através de D. Pedro Gastão, herdeiro direto de D. Pedro II. A maioria dos problemas brasileiros, a seu ver, é resultado da desastrosa experiência republicana no País, que assim como os vizinhos latino-americanos não possui uma figura de união nacional e acabam alvos fáceis para ditadores. Para Argos, "a monarquia é o povo no poder", slogan que divide com outros idealistas para demonstrar que o rei estaria acima de disputas políticas partidárias.

Sobre a colocação de que a Monarquia é uma forma de governo muito eletista para uma sociedade tão miserável quanto a brasileira, Argos tem a resposta pronta: "Até a distribuição de renda é melhor na monarquia, porque não existem ditadores para amealhar fortunas em contas na Suíça e a família real tem apego ao país".

O candidato também acredita que o regime monárquico possibilita maior estabilidade aos governos, e cita o exemplo de vários países desenvolvidos que são dirigidos pelo Poder Moderador, representado pelo rei, e as casas do Parlamento, eleitas diretamente pelo povo, como Inglaterra, Holanda, Suíça, Japão, Bélgica e Espanha. Cita ainda a situação italiana: o país tem hoje um território unificado suas antigas cidades-estado graças a um monarca, mas depois de implantada a República a Itália passou por vários presidentes.

Enquanto a monarquia não vem, Argos inclui outros pontos em sua plataforma eleitoral: melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios em Brasília, restruturação do ensino público, do transporte urbano e interurbano e garantir o estímulo do governo ao pequeno e médio empresário.